

O ESTUDO DA REDE URBANA: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA*

Roberto Lobato Corrêa **

Os estudos sobre redes urbanas têm se constituído em uma importante tradição no âmbito da Geografia. Esta importância deriva da consciência do significado que o processo de urbanização passou a ter, sobretudo a partir do Século XIX, ao refletir e condicionar mudanças cruciais na sociedade. No bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Através da rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial.

A despeito dos numerosos estudos realizados, no entanto, a temática da rede urbana está longe de ter sido esgotada. Especialmente quando se considera um país de dimensões continentais, como o Brasil, onde a longa e desigual espaço-temporalidade dos processos sociais tem sido a regra, e onde a rapidez e a intensidade da criação de centros e transformação da rede urbana são, ainda, notáveis no final do Século XX. Paralelamente coexistem setores da rede

urbana cuja gênese remonta ao Século XVI, no alvorecer do capitalismo, quando a rede urbana começa a constituir-se.

Esta comunicação tem por finalidade apresentar uma proposição para o estudo da rede urbana brasileira ou um de seus segmentos. Um esclarecimento deve ser feito neste momento: entendemos por rede urbana, numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Neste sentido não aceitamos a tese, apoiada em uma concepção idealista e normativa da ciência, da existência de a rede urbana, modelada segundo o modelo christalleriano ou a regra da ordem-tamanho de cidades. Do mesmo modo não aceitamos a tese de que, apenas nos países desenvolvidos, existe rede urbana, tal não acontecendo nos denominados países subdesenvolvidos.

O presente trabalho divide-se em três seções. A primeira procura mostrar o que foi a produção geográfica sobre redes urbanas. Não deve ser encarada como uma longa, exaustiva e sistemática revisão bibliográfica, mas indicadora das principais vias de

* Recebido em 6 de novembro de 1987.

** Analista Especializado em Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

abordagem do tema. Na segunda, procura-se apresentar a natureza e o significado da rede urbana, ou seja, indica-se o nosso posicionamento sobre o assunto. Finalmente, na terceira parte, será apresentada uma proposta geral de estudo sobre o tema em pauta, considerando a rede urbana brasileira.

Se estudos empíricos forem realizados a partir das proposições que serão apresentadas ou, ainda, a partir das críticas a elas, contribuindo para o conhecimento da organização espacial brasileira, então o presente trabalho terá plenamente justificada a sua elaboração.

REDES URBANAS: AS ABORDAGENS DOS GEÓGRAFOS

O tema rede urbana tem sido abordado pelos geógrafos a partir de diferentes vias. As mais importantes dizem respeito à diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região. Estas vias não são necessariamente excludentes entre si, interpenetrando-se, mutuamente, de diferentes modos. A noção de rede urbana, por outro lado, nem sempre aparece explicitamente, como ocorre, por exemplo, em alguns estudos sobre classificação funcional de cidades. Vale lembrar, ainda, que as abordagens citadas não são exclusivas dos geógrafos, mas compartilhadas em algum grau com outros cientistas sociais.

Os estudos da diferenciação de cidades em termos de funções são clássicos. Segundo Dickinson¹, já em 1921 o geógrafo Arousseau propõe uma classificação de cidades em oito tipos, de acordo com a função dominante: cidades de administração, defesa, cultura, produção, coleta, transferência, distribuição e recreação. Harris, em seu estudo de 1943² sobre as cidades norte-americanas, também classifica as cidades de acordo com a atividade de maior importância. Já a contribuição de Nelson³ é

digna de nota pela precisão estatística na classificação das cidades norte-americanas em dez tipos, podendo uma cidade ser definida por uma combinação de duas ou três funções.

Visando clarificar mais a questão das funções urbanas, vários autores fizeram o dobramento das atividades da cidade em: a) básicas ou primárias, que são "exportadas" para fora, justificando, assim, a própria existência da cidade; e b) atividades não básicas ou secundárias, que se destinam à população urbana. Exemplifica-se com as discussões e proposições de Alexander⁴ e Ullman e Dacey⁵, estes introduzindo o conceito de necessidades mínimas da população urbana, o que muito se aproxima do conceito de atividade não básica. O artigo de Magnanini⁶ sobre os centros urbanos de Santa Catarina, apoiado em dados do Censo Demográfico, constitui-se em excelente exemplo de estudo sobre classificação de cidades, utilizando o conceito de básico — não-básico.

A abordagem, anteriormente, comentada, em que pesem as críticas sobre a natureza dos dados disponíveis, os conceitos e as técnicas estatísticas empregadas, bem como a falta de objetivos geográficos definidos, como aponta Smith⁷, coloca em evidência a divisão territorial do trabalho no âmbito da rede urbana. Pode assim suscitar numerosos questionamentos, incitando novas pesquisas, deixando, assim, de se produzirem classificações como um fim em si mesmas.

Como afirma Capel⁸, a partir das classificações funcionais de cidades, passa-se à pesquisa das dimensões básicas dos sistemas urbanos. Assim, em 1957, Nelson, citado por Capel⁹, comparou "sistematicamente as características demográficas e sociais entre cidades com distinta especialização funcional", considerando o ritmo de crescimento da população, a estrutura etária, a escolaridade, a proporção de homens e mulheres na população ativa, as taxas de desemprego e a renda *per capita*.

Mas é com o estudo de Moser e Scott¹⁰, de 1961, que se inicia a procura sistemática

¹ R.E. Dickinson, v. Bibliografia. — ² C.D. Harris, v. Bibliografia. — ³ M.J. Nelson, v. Bibliografia. — ⁴ J.W. Alexander, v. Bibliografia. — ⁵ E. Ullman e M.F. Dacey, v. Bibliografia. — ⁶ R.L.C. Magnanini, v. Bibliografia. — ⁷ R.H.F. Smith, v. Bibliografia. — ⁸ H. Capel, v. Bibliografia. — ⁹ H. Capel, v. Bibliografia, p. 229. — ¹⁰ H. Capel, v. Bibliografia.

das dimensões básicas de variação dos sistemas urbanos. O emprego de técnicas estatísticas acha-se mais difundido: a análise fatorial é a mais importante delas, reduzindo um número muito grande de variáveis econômicas, demográficas e sociais, tanto relativas ao presente como a um dado período de tempo, a um número pequeno de dimensões básicas ou fatores: em cada um deles cada cidade apresenta um *score* que é a sua posição ao longo dessa linha de variação.

Numerosos estudos relativos a diversos países foram realizados: Estados Unidos, Canadá¹¹, Índia¹² e União Soviética¹³, entre outros. Visavam estes estudos descobrir, empiricamente, as dimensões básicas de variação de um dado sistema urbano, sua estabilidade ao longo do tempo e a existência de dimensões universais de variação¹⁴. Entre as diferentes dimensões básicas descobertas estão aquelas referentes ao tamanho, especialização funcional, características sociais e crescimento demográfico.

Mas que critérios nortearam a seleção de variáveis? Em alguns casos um conjunto muito grande de variáveis, sem nenhuma base teórica explícita, foi considerado. Em outros, procurou-se ver as relações com o processo de desenvolvimento nacional ou regional, a partir de alguns indicadores julgados pertinentes, e à luz de um dado corpo teórico: o modelo centro-periferia de John Friedmann foi, então, muito adotado como referencial teórico. Implícita, nestes estudos, estava a concepção da cidade como centro difusor do desenvolvimento. Os estudos de Faissol¹⁵ sobre o sistema urbano brasileiro são excelentes exemplos da adoção desta última abordagem. É o caso, também, do estudo de Lima e Corrêa¹⁶ relativo às cidades do Sudeste brasileiro.

Já o estudo de Fredrich e Davidovich¹⁷ está baseado em três dimensões de variação do sistema urbano: estrutura sócio-econômica, ritmos de crescimento e formas de concentração espacial urbana. Ao consi-

derar o sistema urbano como expressão territorial da divisão social ao trabalho, constitui uma recente e pouco usual interpretação a respeito do assunto.

A terceira via de abordagem considera a rede urbana como um todo, sem analisar ou classificar cada uma de suas cidades, como ocorre nas abordagens anteriores. Contudo, ao tratar do tema do desenvolvimento nacional aproxima-se da última das abordagens indicadas.

A literatura sobre as relações entre tamanho da população urbana e desenvolvimento deixa claro a existência de uma dupla polêmica entre os interessados no assunto. A primeira envolve, de um lado, o conceito da primazia urbana formulado, em 1939, por Jefferson¹⁸ e, de outro, a regra da ordem-tamanho da cidade de Zipf¹⁹. A segunda polêmica envolve, por sua vez, a discussão entre os "modernistas" e "tradicionalistas", conforme refere-se Berry²⁰.

A primazia urbana diz respeito à importância desmesurada da principal cidade do País, a qual é pelo menos duas vezes maior que a segunda. Esta macrocefalia da rede urbana foi vista como sendo correlata com o subdesenvolvimento. Ao contrário, a distribuição do tamanho de acordo com a regra da ordem-tamanho (a maior cidade teria um tamanho igual a 1, a segunda 1/2, a terceira 1/3 e a cidade de ordem n um tamanho igual a $1/n$) foi considerada como sendo uma expressão do desenvolvimento nacional, traduzindo o equilíbrio entre forças indutoras de um crescimento difuso por toda a rede urbana e forças indutoras de um crescimento concentrado na principal cidade.

Os "modernistas" acenam com a idéia, apoiada na história dos países desenvolvidos, de que o processo de desenvolvimento irá, naturalmente, corrigir a primazia, instaurando uma rede urbana estruturada de acordo com o modelo de Zipf. Os "tradicionalistas", por sua vez, falam da necessidade de um poderoso processo de planejamento capaz de fazer emergir uma outra rede urbana, caracterizada pela não macroce-

¹¹H. Capel, v. Bibliografia. — ¹²Q. Ahmad, v. Bibliografia. — ¹³C.D. Harris, v. Bibliografia. — ¹⁴H. Capel, v. Bibliografia. — ¹⁵E. Faissol 1970 — 1972, v. Bibliografia. — ¹⁶O. M. B. Lima e R. L. Corrêa, v. Bibliografia.

¹⁷O. M. B. Fredrich e F. Davidovich, v. Bibliografia. — ¹⁸M. Jefferson, v. Bibliografia. — ¹⁹G.K. Zipf, v. Bibliografia.

²⁰B.J.L. Berry, v. Bibliografia.

falia e suas implicações econômicas e sociais.

A temática, em pauta, recebeu contribuições fundamentais com os estudos de Linsky²¹ e Rose²², o primeiro indicando em que condições efetivas emerge uma rede urbana caracterizada pela primazia e, o segundo, ao considerar países com história colonial, falando das condições em que há uma estabilidade da primazia urbana.

Esta abordagem está presente no âmbito do planejamento em sua dimensão espacial: o vigor com que o tema é privilegiado configura fases de prestígio ou crise do sistema de planejamento.

Os estudos dedicados à hierarquia urbana são os mais tradicionais e numerosos entre aqueles sobre redes urbanas. Originários do questionamento a respeito do número, tamanho e distribuição das cidades, portanto procurando compreender a natureza da rede, têm na teoria das localidades centrais — formulada, em 1933, por Christaller²³ a sua mais fértil base teórica. A partir da distribuição de bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlândias verificou-se uma diferenciação hierárquica entre elas, envolvendo o número, o tamanho das localidades e de suas hinterlândias, e a distância entre elas. Expressões como metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local —, utilizadas nos estudos em pauta, — refletem a natureza hierárquica dos centros da rede urbana.

Os estudos sobre hierarquia urbana colocaram em evidência, simultaneamente, uma série de regularidades empíricas e de características diferenciadoras das redes urbanas. A existência de uma hierarquia urbana em qualquer organização sócio-espacial estruturada por mecanismos de mercado é a principal regularidade verificada. Mas, as diversas formas que essa hierarquia assume é a mais importante característica diferenciadora encontrada.

Em relação aos países subdesenvolvidos verificou-se a existência de redes dendríticas²⁴, caracterizada, entre outros aspectos,

pela presença de uma cidade primaz excêntrica localizada; essa rede dendrítica constitui-se em um meio através do qual a hinterlândia da cidade primaz é drenada em seus diversos recursos, estabelecendo-se, assim, uma dependência externa. Foi verificada, também, a existência de redes urbanas caracterizadas, em seus níveis hierárquicos inferiores, por mercados periódicos²⁵, de funcionamento não-cotidiano. O desdobramento da rede urbana em dois circuitos econômicos²⁶ é outra descoberta, evidenciando uma outra dimensão, tanto funcional como espacial do subdesenvolvimento.

Os estudos sobre a hierarquia das cidades brasileiras são numerosos e relativamente antigos, conforme indica Corrêa²⁷. Merece menção, pela abrangência, o estudo de Geiger²⁸ sobre a evolução da rede urbana nacional. Importantes, também, são os estudos realizados pelo IBGE relativos à hierarquia e área de influência das cidades brasileiras²⁹.

Convém apontar, finalmente, que os estudos sobre hierarquia urbana tiveram o mérito de induzirem o desenvolvimento de um rico aparato operacional que não apenas enriqueceu os estudos sobre redes urbanas, em geral, mas de toda a Geografia Humana.

Ao contrário das abordagens anteriores, o estudo das relações cidade — região tem suas raízes e prática, sobretudo, entre os geógrafos europeus, particularmente os franceses. Este tema constitui-se, na realidade, em uma transformação da clássica temática cidade — campo. Com a formação de redes urbanas nacionais e regionais, as relações sociais e econômicas espacializadas são controladas por uma cidade dominante, que atua sobre uma relativamente vasta hinterlândia, constituída por cidades menores e, em muitos casos, por áreas rurais diferenciadas em termos de estruturas e paisagens-agrárias.

O tema em pauta é muito abrangente, envolvendo uma ampla gama de questões, algumas das quais consideradas nas aborda-

²¹A. Linsky, v. Bibliografia. — ²²A.J. Rose, v. Bibliografia. — ²³W. Christaller, v. Bibliografia. — ²⁴E.A.J Johnson, v. Bibliografia. — ²⁵W.G. Skinnere J. H. Stine, v. Bibliografia. — ²⁶M. Santos 1979, v. Bibliografia. — ²⁷R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ²⁸P.P. Geiger, v. Bibliografia. — ²⁹Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas e Regiões de influência urbana, v. Bibliografia.

gens anteriores como as funções urbanas, as características sociais dos habitantes, o tamanho e a hierarquia urbana. Os trabalhos de Kayser³⁰ e o de Dugrand³¹ são excelentes exemplos de estudos dentro desta temática. Pierre George³², por sua vez, sintetiza o conjunto das relações cidade-região, as quais vão se verificar via rede urbana, indicando as seguintes relações: a atração da população rural pela cidade, a drenagem urbana da renda fundiária, a comercialização da produção rural, os investimentos e a criação de trabalho pela cidade, e a distribuição de bens e serviços.

Em relação ao Brasil, o trabalho de Corrêa³³, apoiado em George e Dugrand, constitui-se em uma proposta que foi parcialmente efetivada na pesquisa sobre o sudoeste paranaense³⁴. O estudo de Ferrari³⁵, por sua vez, contribui criticamente para a questão das relações cidade-região.

Os trabalhos realizados, segundo esta abordagem, enfatizam as mudanças ocorridas na organização sócio-espacial da região estudada. Estas mudanças, por sua vez, afetam as relações cidade-região, alterando desigualmente a intensidade e o significado das relações: deste modo alteram a natureza da rede urbana. Os resultados obtidos a partir de diferentes estudos, por sua vez, mostram que, alternativamente, a cidade é um espelho de sua região ou, ao contrário, a região é o resultado de uma ação motora da burguesia urbana. Exemplifica-se com os estudos de Lasserre³⁶, sobre Libreville (Gabão), e Labasse³⁷ sobre Lyon (França), respectivamente. Por outro lado, Juillard³⁸ fala de uma tipologia de cidades a partir do padrão dominante de relações que mantêm com suas regiões: *villes rentières du sol*, *villes insulaires* e *villes urbanisantes*.

Muitos dos estudos, realizados de acordo com esta abordagem, podem ser caracterizados como situando-se dentro de uma linha crítica de análise da sociedade, como é o caso do estudo de Dugrand³⁹. Neste sentido são considerados extremamente relevantes para a proposição que se seguirá.

NATUREZA E SIGNIFICADO DA REDE URBANA

As abordagens acima identificadas são incapazes, ainda que em graus diversos, de revelar a natureza e o significado da rede urbana. Algumas delas descrevem um ou vários de seus aspectos, enquanto outras tratam a sua principal cidade como se fosse dotada de autonomia, capaz de produzir ou difundir mudanças sociais. Outra abordagem, a das relações cidade-região, apesar das enormes potencialidades que apresenta, não tem sido capaz, na prática, de revelar a natureza e o significado da rede urbana.

A partir da avaliação da prática dos geógrafos, mas também considerando a contribuição de não geógrafos, proceder-se-á a um esforço que contribua para identificar a natureza e o significado da rede urbana. Com certeza não esgotaremos a questão, mas esperamos clarificar alguns pontos que são particularmente pertinentes aos geógrafos.

Esta seção está dividida em quatro partes que não se excluem mutuamente, representando, apenas, ângulos em que uma mesma questão pode ser abordada. Considera-se inicialmente a divisão territorial do trabalho. Em seguida, as relações entre rede urbana e os ciclos de exploração, para depois tratar as relações entre rede urbana e forma espacial. Finalmente, será abordado o caráter mutável da rede urbana, apresentando-se alguns pontos básicos para a sua periodização. Somente então a nossa proposição de estudo será feita.

Rede urbana e divisão territorial do trabalho

A rede urbana é, simultaneamente, um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada da divisão social do trabalho. É um reflexo na medida em que, em razão de vantagens locais diferencia-

³⁰B. Kayser, v. Bibliografia. — ³¹R. Dugrand, v. Bibliografia. — ³²P. George, v. Bibliografia. — ³³R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ³⁴Cidade e região no Sudoeste paranaense, v. Bibliografia. — ³⁵O.F. Ferrari, v. Bibliografia. — ³⁶G. Lasserre, v. Bibliografia. — ³⁷J. Labasse, v. Bibliografia. — ³⁸E. Juillard, v. Bibliografia. — ³⁹R. Dugrand, v. Bibliografia.

das, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora, entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias.

A rede urbana é, também, uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens⁴⁰ constituiu-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, mas, também, em um ponto no espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido ampliadamente à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do Século XVI, uma dimensão mundial⁴¹.

É à primeira vista, através das funções articuladas de suas cidades, bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde, etc. — que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. Através dela torna-se viável: a) produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial; b) a circulação entre elas; e c) o consumo nelas. É via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado. Mas é efetivamente devido à ação de centros de acumulação de capitais, às grandes metrópoles, cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada pela rede urbana. Através dela as decisões, investimentos e inovações circulam descentemente, criando e transformando, constante e desigualmente, — de acordo com uma dinâmica interna ao capitalismo — atividades e cidades.

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros

urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações. Neste sentido é necessário que se compreenda a lógica da implantação das atividades no mais ou menos complexo mosaico de centros e hinterlândias em seus diferenciados papéis e pesos. Isto implica no desvendamento das motivações dos diversos agentes sociais, bem como no entendimento dos conflitos de interesses entre eles e suas aparentes soluções⁴². Implica, ainda, em colocar em evidência as práticas que viabilizaram a articulação entre os distintos centros urbanos e suas hinterlândias, bem como em compreender a inércia que, pelo menos durante um certo tempo, cristaliza um determinado padrão espacial de funcionalidades urbanas.

Em relação aos países subdesenvolvidos, a rede urbana pode ser vista, em parte, como um conjunto de cidades onde se verifica um papel de intermediação diferenciada das decisões geradas fora da rede urbana nacional. Em outras palavras a rede urbana dos países subdesenvolvidos constitui-se, em grande parte, na extensão de uma ampla rede urbana com sede nos denominados países centrais. Neste sentido a própria rede urbana é, através da função de intermediação, parte da divisão internacional do trabalho.

Mas há que se considerar, pelo menos em relação a alguns países ou regiões, a existência de uma relativa autonomia nacional ou regional: a divisão territorial do trabalho é parcialmente derivada de decisões e interesses internos, sediados nas metrópoles nacionais ou regionais e, em alguns casos, nas capitais regionais. Pensamos, assim, que se deva, ao se tratar as relações entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, considerar em que medida uma rede urbana é efetivamente condição para a divisão territorial do trabalho ou uma rede de pura intermediação de decisões externas à rede.

É visando à descrição e à compreensão da divisão territorial do trabalho que se deve direcionar os estudos sobre classificação funcional de cidades: a classificação não deve, assim, ser considerada como um fim em si,

⁴⁰V. Gordon Childe, v. Bibliografia. — ⁴¹E. Hobsbawn e E. Lampard, v. Bibliografia. — ⁴²J. Wolpert, v. Bibliografia.

mas um começo de uma pesquisa sobre uma dada rede urbana.

Rede urbana e os ciclos de exploração

O trabalho excedente é a fonte de criação do valor excedente (juros, rendas e lucros). O valor excedente apropriado e acumulado é, em parte, investido em novas atividades, tanto de localização urbana como rural, visando à geração de novos e ampliados valores excedentes. Isto implica em sua circulação que engendra fluxos de pessoas, bens e serviços, ordens, idéias e dinheiro. A parte do valor excedente destinada à simples reposição dos meios de produção e ao consumo dos capitalistas, bem como a massa de salários pagos, que constitui o meio através do qual se verifica parte considerável da reprodução da força de trabalho, também entram na circulação. Implicam estes fluxos na criação, apropriação e circulação de novos valores excedentes.

A circulação, ao envolver a criação de novos e ampliados valores excedentes, faz-se necessariamente no âmbito de um amplo território, em expansão ou submetido a um processo de intensificação das atividades ali localizadas. Este território caracteriza-se, por outro lado, por diferencialidades socialmente produzidas ou valorizadas como os recursos naturais, especializações produtivas já estabelecidas, mercados de trabalho e de consumo diferenciados, infra-estrutura, etc., que implicam na possibilidade de obtenção de excedentes sociais novos e ampliados.

Em razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo — decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final, e, ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas, localizados no amplo território — torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação. Estes pontos são os centros urbanos. Parcela do valor excedente, ao circular, é apropriada nestes pontos e reinvestida, circulando de novo e gerando, assim, o aparecimento

de novos fluxos. O conjunto de centros urbanos que participa da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana. A partir do trabalho de Harvey⁴³ afirma-se que a rede urbana é a forma espacial através da qual, no capitalismo, se dá a criação, apropriação e circulação do excedente.

Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade dos processos acima indicados: caso contrário, terá sua existência inviabilizada. Sua singularidade só se verifica em razão de sua inserção em uma parte específica do território submetido ao processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente. E é conveniente apontar que uma classificação funcional de cidades não deve, apenas, descrever a divisão territorial do trabalho, mas, também, indicar que papéis cumpre a cada cidade de uma dada rede urbana no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

O que foi sumariamente descrito acima pode ser dito de outro modo e ampliadamente, considerando-se a rede urbana como sendo a forma sócio-espacial que viabiliza a existência de ciclos de exploração, conforme mostram Bellido e Tamarit⁴⁴. Por outro lado, o que se segue constitui-se, também, em uma outra forma de apresentação do processo de realização do ciclo do capital, tal como Carlos⁴⁵ expõe em seu trabalho "A Cidade e a Organização do Espaço".

As relações entre cidade e campo, como já se referiu, tornaram-se, no capitalismo, relações entre cidade e região: a rede urbana em seu funcionamento traduz este relacionamento. Cidade e região estão integradas através de dois ciclos de exploração comandados pela cidade. No primeiro ciclo a grande cidade, cabeça de rede urbana, extrai do campo força de trabalho, renda fundiária e produtos rurais, quer matérias-primas quer produtos alimentares. No segundo, que realimenta o primeiro ciclo — trata-se, portanto, de um mesmo processo —, a cidade exporta para o campo capitais, novos usos da terra, força de trabalho, idéias e valores, e bens e serviços. Convém observar que estão se considerando as

⁴³D. Harvey, v. Bibliografia. — ⁴⁴J.G. Bellido e L.G. Tamarit, v. Bibliografia. — ⁴⁵A.F.A. Carlos, v. Bibliografia.

mesmas relações, ainda que através de uma leitura integrativa, daquelas apontadas por George⁴⁶, e empiricamente verificadas, entre outros, por Dugrand⁴⁷.

As atividades capitalistas da cidade, entre elas especialmente as indústrias, necessitam de trabalhadores livres, que dispõem, apenas, de sua força de trabalho e nenhum ou muito pouco vínculo com o campo. Estes trabalhadores constituem a massa de onde será extraído o valor excedente, fonte de acumulação de capital. Assim, a cidade precisa drenar, via emigração rural-urbana, uma parcela da população rural, constituída por pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, moradores de condição e assalariados.

As raízes desse processo emigratório residem, como aponta Kautsky⁴⁸, na dissolução do artesanato pela manufatura urbana, transformando o camponês em um produtor agrícola, que vende mercadorias para comprar outras mercadorias, no subsequente endividamento do agricultor junto a comerciantes urbanos e aos bancos, levando em muitos casos à perda da propriedade, na dissolução da família camponesa em função da necessidade de produzir mais e mais para vender, tornando a propriedade rural incapaz de sustentar a família. Estabelece-se, assim, uma superpopulação relativa no campo, composta de excedentes demográficos que o mundo rural não mais absorve.

A migração rural-urbana realiza-se na direção daqueles centros urbanos onde a criação de atividades e empregos é mais dinâmica. Esta migração pode fazer-se por etapas urbanas, de acordo com a hierarquia urbana.

A destruição da agricultura tradicional e o êxodo rural para a cidade, barateando o custo da força de trabalho, iniciam o primeiro ciclo de exploração da cidade sobre o campo. Simultaneamente estão sendo criadas as condições para a existência de um mercado industrial⁴⁹: os camponeses que permaneceram no campo tornaram-se consumidores de produtos da indústria urbana.

A cidade é, em muitos casos, um local de consumo da renda fundiária rural. Através do absentismo dos grandes proprietários rurais, residentes na cidade, parcela ponderável do valor excedente produzido no campo é transferida para a cidade; os bairros luxuosos, lojas grã-finas, restaurantes e clubes de muitas cidades têm sua razão de ser, em grande parte, devido à drenagem da renda fundiária. O campo não é assim capitalizado, mas, sim, a cidade.

O investimento na propriedade fundiária, pela cidade, considerada como sendo relativa a uma fase pré-capitalista, na realidade tem atraído capitais urbanos procedentes das mais diversas atividades, tal como mostra Dugrand⁵⁰ para a região vitivinicultora do Bas-Languedoc no sul da França, como, também, o grande capital financeiro — industrial que passa a investir em terras e na agropecuária.

É de se pensar que, em áreas de forte absentismo rural, a importância de cada cidade da rede urbana, em termos de captura da renda fundiária, seja proporcional ao seu papel como localidade central: maior o montante de renda fundiária capturada, maior o nível hierárquico da cidade, isto se devendo à importância da demanda da elite rural residente na cidade no aparecimento de bens e serviços que acabam transformando-se em funções centrais.

A questão da drenagem da renda fundiária não tem sido muito considerada pelos cientistas sociais brasileiros. No entanto parece ser mais importante do que se poderia supor, tendo um poderoso efeito não apenas econômico como político. Neste sentido, o tema rede urbana e oligarquias rurais parece ser de extrema relevância para se compreender a organização sócio-espacial brasileira.

A cidade é, também, um centro de comercialização da produção rural. Seja ela uma cidade regional pequena ou grande, um porto exportador ou um centro industrial, para ela converge uma produção destinada ao abastecimento de sua população em produtos alimentares, à reexportação para merca-

⁴⁶P. George, v. Bibliografia. — ⁴⁷R. Dugrand, v. Bibliografia. — ⁴⁸K. Kautsky, v. Bibliografia. — ⁴⁹V.I. Lenin v. Bibliografia. — ⁵⁰R. Dugrand, v. Bibliografia.

dos extra-regionais, ou às indústrias da cidade.

O processo de comercialização da produção rural é muito complexo, podendo traduzir-se em diversas formas: em todas elas a cidade impõe ao campo um preço inferior aos praticados no meio urbano.

Uma das formas em que a comercialização se realiza é aquela onde participam numerosos intermediários localizados em sucessivos centros urbanos, constituindo uma cadeia urbana de comercialização: o comerciante local, da pequena cidade, tem uma margem de lucro ao vender a produção ao comerciante ou à usina de beneficiamento localizada em um centro urbano maior; a venda da produção ao industrial, exportador ou grande atacadista metropolitano, por sua vez, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao comerciante local. Nesta cadeia o consumidor final, de localização urbana, paga um preço muito elevado se comparado àquele que o produtor rural, localizado no começo do processo de comercialização, recebeu do comerciante local. A cadeia de comercialização de produtos rurais se torna, assim, uma cadeia urbana de extração de lucros comerciais.

Completa-se, assim, o primeiro ciclo de exploração da cidade sobre o campo, um ciclo caracterizado pela extração citadina, via rede urbana, sobre o mundo rural. O segundo ciclo caracteriza-se por uma exportação da cidade para o campo, a qual serve para realimentar o primeiro ciclo. A exportação, na realidade, constitui-se em uma condição para a extração de excedentes diversos: somente que de modo ampliado, tornando mais ampla a acumulação de capital.

O segundo ciclo de exploração começa com o investimento de capitais, provenientes dos grandes centros de acumulação, no campo e nas pequenas cidades. Este investimento é feito, de um lado, diretamente pelas grandes empresas que implantam grandes "projetos" agropecuários ou industriais. De outro, grandes empresas industriais têm interesses na produção, participando do processo da difusão de um novo produto, e do controle qualitativo e quantitativo da produção. No entanto, é através de instituição de assistência e extensão ru-

ral e do financiamento bancário que efetivamente se verifica a difusão de sementes, adubos, inseticidas, tratores, colheitadeiras, etc.

A modernização da agricultura insere-se como parte integrante das relações cidade-campo, produzindo vários efeitos sobre o mundo rural, envolvendo a rede urbana. Um desses efeitos é a drenagem, realizada pelas agências bancárias da pequena cidade, filiais dos grandes conglomerados financeiros metropolitanos. O financiamento da agricultura constitui-se em uma fonte de drenagem, via juros, de uma parcela da renda produzida no campô.

Outro desses efeitos é uma diminuição das necessidades de força de trabalho no campo, liberando novos excedentes rurais. O primeiro ciclo de exploração é assim realimentado. O processo migratório torna-se intenso, sendo direcionado para as áreas de fronteira agrícola ou para a periferia das grandes metrópoles, onde passa a engrossar um exército industrial de reserva já constituído. Parte do excedente demográfico, no entanto, passa a constituir-se em exército de reserva rural-urbano, residindo na periferia de pequenas e médias cidades da hinterlândia metropolitana. Constitui-se em uma força de trabalho temporária que, durante certas fases das atividades agrícolas, especialmente a safra, realiza migrações pendulares entre cidade e campo. A cidade torna-se, então, local de concentração da força de trabalho rural⁵¹.

É de se hipotetizar que a importância relativa das cidades como locais de concentração da força de trabalho seja inversamente proporcional à sua dimensão funcional global: maior a sua importância como localidade central e outras funções tradicionalmente urbanas, menor o seu papel como reservatório de força de trabalho rural.

As pequenas cidades, e às vezes o próprio campo, transformam-se em locais de implantação de indústrias poluentes, que não podem, por força, de interesses urbanos, permanecer na grande cidade. Ali são implantadas, também, indústrias ditas "descentralizadas" das metrópoles. Trata-se de estabelecimentos industriais dotados

⁵¹M.C.I. Mello, v. Bibliografia.

de economias internas de escala, que prescindem da presença próxima de outras indústrias e atividades de serviços. Localizam-se junto a uma força de trabalho mais barata; geralmente menos ativa, politicamente, forma um mercado de trabalho cativo. Esta localização parece constituir-se em uma prática do capital industrial para reaver uma taxa de lucro, portanto valores excedentes, abalada por constantes investimentos fixos na grande cidade.

O mundo rural está preparado para o consumo de bens industriais e de serviços da cidade na medida em que tanto os meios de produção, como os de consumo, não são mais produzidos no campo e, em muitos casos, também, na pequena cidade. A difusão de um ideário urbano, capitalista na realidade, que introduz novos valores e condiciona hábitos, ratifica e direciona a demanda de bens e serviços urbanos.

Inversamente à comercialização de produtos rurais, onde o campo está no começo do circuito de comercialização, recebendo pouco pelo que produz, no consumo de produtos industriais encontra-se no final do circuito de comercialização, pagando muito pelos produtos que adquire.

Assim, o industrial vende seu produto a um atacadista de uma cidade regional que, ao revendê-lo ao comerciante varejista da pequena cidade, adiciona uma margem de lucro sobre o preço pago; este último comerciante, por sua vez, adiciona a sua margem de lucro ao realizar a sua venda ao consumidor final, o homem do campo. Neste sentido a rede de centros da distribuição, as localidades centrais, é, de fato, uma rede de drenagem de lucros⁵². Trata-se, na verdade, do processo de realização do valor e do valor excedente, que é apropriado pela cidade. E esta apropriação verifica-se de modo mais intenso quando se trata de grandes cadeias de supermercados e lojas de departamentos, sediadas na metrópole e com localizações em numerosos centros da rede urbana.

A acumulação de diversos excedentes na grande cidade enseja novos investimentos de capital, reiniciando-se, assim, via rede urbana, os ciclos de exploração do campo pela cidade.

Um ponto deve agora ficar claro. Ao contrário do que afirmam os cientistas sociais vinculados aos interesses dominantes, as relações cidade-campo não se constituem em um mecanismo através do qual estabelece-se uma reciprocidade entre ambas: as relações não são simétricas, equilibradas. Trata-se de um relacionamento desigual, cunhada ao longo da História⁵³, e que erigiu a cidade como foco de acumulação e dominação. O papel da cidade como centro difusor de desenvolvimento deve ser visto, na realidade, como o de centro a partir do qual o modo de produção capitalista se propaga e, ao fazê-lo, aparenta perpetuar-se.

Rede urbana e forma espacial

A rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território, envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades. Como forma espacial seu conhecimento não pode prescindir daquele relativo à estrutura, processo e função e às articulações entre essas categorias de análise da totalidade social, como lembra Santos⁵⁴. De fato, é através da forma que uma função se realiza, no caso tratando-se de funções urbanas. Por sua vez estas derivam dos processos que são o de criação, apropriação e circulação do valor excedente, e que assumem características próprias à estrutura do capitalismo. Acreditamos que esta articulação tenha sido indicada, ainda que com outras palavras, na parte imediatamente anterior a esta.

Vejamus que formas espaciais a rede urbana pode assumir e qual o significado delas. Assume formas espaciais complexas e simples. No primeiro caso as possibilidades são múltiplas; as redes simples, por sua vez, reduzem-se basicamente ao tipo dendrítico.

As redes urbanas com formas complexas são aquelas caracterizadas pela existência, em uma hinterlândia de uma dada cidade regional importante, de diversos padrões locacionais de centros urbanos — confluência de rios, contato entre áreas de produção diferentes, sítio portuário, junto a minas e

⁵²R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁵³K. Marx e F. Engels, v. Bibliografia. — ⁵⁴M. Santos, v. Bibliografia.

fontes termiais, em uma ampla, fértil e densamente povoada planície, em torno de um centro industrial antigo, originando, através do mecanismo de economias de aglomeração, uma concentração urbano-industrial, etc.

Estes padrões locacionais diversos são o resultado de um longo e diversificado processo de criação e recriação de atividades produtivas, que levou ao aparecimento, em numerosos pontos do território, de centros urbanos que realizam diferentes papéis em um multivariado processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente: este território participa de modo variado na divisão territorial do trabalho, apresentando uma rede urbana caracterizada por uma complexa tipologia de centros urbanos, cada tipo dispondo de um padrão locacional próprio. Assim, complexidade da forma espacial da rede urbana e sua complexidade funcional são correlatas.

A rede dendrítica é a forma espacial mais simples da rede urbana. Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. Esta cidade antecede geneticamente a ocupação da área à retaguarda e a criação dos outros centros da rede, tornando-se a porta de entrada e saída da sua hinterlândia.

Em sua forma mais simples a rede dendrítica é orientada pela rede fluvial: os centros urbanos localizam-se junto ao rio principal, preferencialmente junto à foz de seus afluentes mais importantes.

Este tipo de rede tem uma história colonial e resulta da manutenção de um simples e monotônico processo de criação de atividades, cujos principais produtos destinam-se aos mercados externos à região. Em outras palavras, a rede urbana dendrítica está vinculada a uma pouco diversificada participação na divisão territorial do trabalho, a qual se associa a produção de matérias-primas. A criação, apropriação e circulação do valor excedente implica em mediações e fluxos pouco complexos, que culminam beneficiando a cidade primaz em detrimento de sua hinterlândia.

Deve-se considerar agora que no processo evolutivo da organização sócio-espacial de uma área caracterizada por uma rede urbana dendrítica, esta pode ser transformada, tornando-se complexa tanto funcionalmente como em termos de sua forma espacial. Contudo, a forma dendrítica pretérita estará compondo, com maior ou menor peso, a complexa rede urbana que se constituiu.

A consideração acima nos encaminha para a questão do caráter mutável da rede urbana, mutabilidade que se traduz em uma periodização.

Rede urbana e periodização

A totalidade social é constituída pela combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica. Cada uma delas tem um tempo próprio de desenvolvimento, sua temporalidade, caracterizando-se por uma relativa autonomia no bojo da totalidade social. Esta é, deste modo, uma combinação de temporalidades diferentes, definindo cada combinação um tempo histórico⁵⁵. A periodização, por sua vez, é uma operação intelectual que permite definir os tempos históricos, onde em cada um deles o pesquisador torna visível e inteligível "A forma específica da existência da totalidade social"⁵⁶. Em outras palavras, a periodização é a seqüência de "combinações desiguais" das diferentes instâncias da totalidade social.

As três instâncias entrecruzam-se e completam-se de diferentes modos. Um deles adquire expressão fenomênica, a organização espacial. Por conter e estar contida nas três instâncias a organização espacial constitui-se em uma dimensão da totalidade social⁵⁷. É por esta razão que a organização espacial pode ser periodizada⁵⁸: e não apenas ela globalmente mas também a rede urbana ou uma determinada cidade.

A este propósito Santos⁵⁹ afirma que cada lugar, cada região, apresenta uma realidade sócio-espacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes: é o que ele denomina de tempo espacial próprio para cada lugar. O mesmo pode ser dito em relação à rede urbana de um país ou região quando se

⁵⁵L. Althusser, v. Bibliografia. — ⁵⁶L. Althusser, v. Bibliografia, p. 49. — ⁵⁷R. Moreira, v. Bibliografia. — ⁵⁸R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁵⁹M. Santos, v. Bibliografia.

consideram seus numerosos segmentos: cada um possui seu tempo espacial. A periodização espacial pode ser vista então como a reconstrução do tempo espacial, isto é, a evidenciação dos momentos que caracterizaram o processo de elaboração da rede urbana, bem como das formas criadas em cada momento. Deste modo pensa-se dar conta da dimensão genético-evolutiva da totalidade social de que nos fala Kosik⁶⁰.

As diferenças entre os tempos espaciais dos diversos segmentos de uma rede urbana podem ser muito grandes. Alguns segmentos incorporam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes, incorporando, apenas o presente. Ou seja, essas diferenças refletem os momentos históricos em que cada segmento foi gerado, sua inércia dinâmica⁶¹ ou o modo como manteve continuidade e continua "vivo" no presente, expressando variáveis que têm significado e pesos específicos dentro da totalidade social. Em outras palavras, em termos espaciais a ação dos processos gerais não se dá, em cada segmento da rede urbana, no mesmo tempo, do mesmo modo, nem com a mesma intensidade. A periodização verifica-se de modo espacialmente desigual.

A periodização pode, por outro lado, implicar em períodos com duração diferente. Há períodos longos e curtos, caracterizando a periodização por ser temporalmente desigual. Isto se deve em razão da difusão desigual dos processos gerais: um segmento da rede urbana sofre o impacto de um dado processo quando este se encontra em sua fase final; ao contrário podem existir condições que fazem com que outros processos mais tardios tenham uma longa ocorrência no mesmo segmento da rede urbana ou em toda sua extensão.

A Amazônia constitui-se em excelente exemplo, onde a rede urbana foi periodizada de modo desigual tanto em termos espaciais como temporais⁶². Assim, à guisa de exemplificação, sob os efeitos da ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o segmento urbano do vale do rio Negro foi um dos mais dinâmicos da rede urbana regional. O mesmo se pode dizer da cidade de Cameté no baixo vale do Tocan-

tins. Ao contrário, o segmento da rede urbana localizado em Rondônia era então inexistente.

O curto período em que a mencionada companhia mercantil atuou, entre 1755 e 1778, por outro lado, foi um período de grandes repercussões na estruturação da rede urbana de toda a Amazônia. Foi mais importante que o longo período da estagnação que se sucede, que vai até ao início da segunda metade do Século XIX.

Um ponto fundamental aparece, agora. Ao considerar a rede urbana como objeto da periodização é necessário que se considerem como elementos de variação espaço-temporal aqueles elementos gerais pertinentes a uma rede urbana. Estes elementos reportam-se às materializações das instâncias da sociedade, reportando-se, portanto, às instâncias econômica, jurídico-política e ideológica: a rede urbana é uma dessas materializações, conforme já se indicou.

Os elementos da rede urbana a serem considerados devem dar conta da gênese da rede urbana, da localização absoluta e relativa das cidades, da forma espacial das cidades e da rede, da paisagem urbana, das funções, dos agentes sociais envolvidos no processo produtivo e das relações entre eles, e das articulações externas à rede. Em outras palavras, estes elementos são os seguintes: a) a gênese dos núcleos urbanos; b) as funções que desempenham; c) a dependência a determinados produtos; d) o sítio urbano; e) a paisagem urbana; f) a ampliação do número de centros da rede; g) o padrão espacial da rede; h) o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo; e i) as articulações com os espaços exteriores à rede em questão.

Cada um desses elementos está relacionado aos demais. Assim, à guisa de exemplificação, a gênese urbana — o momento em que foi criado ou como surgiu um dado segmento da rede urbana, o modo, o agente e a finalidade de criação — está expressa na localização relativa e absoluta das cidades.

Mas as relações entre os diversos elementos são complexas. A especificidade com que cada elemento se realiza em um dado período não é necessariamente a mes-

⁶⁰K. Kosik, v. Bibliografia. — ⁶¹M. Santos, v. Bibliografia. — ⁶²R.L. Corrêa, v. Bibliografia.

ma nos períodos subseqüentes. Deste modo a combinação dos mesmos elementos em períodos distintos pode ter significado diferente. Este é um ponto a ser observado na análise espaço—temporal de uma determinada rede urbana.

UMA PROPOSIÇÃO DE ESTUDO

A realidade é sempre mais rica que as nossas teorias. Neste sentido, o que foi apresentado na seção anterior constitui-se em uma simplificação que não dá conta da riqueza da realidade, isto é, das diferentes singularidades através das quais a totalidade social se manifesta. A proposição que se segue, fundamentada no que foi exposto anteriormente, e tentando recuperar a longa tradição geográfica dos estudos de redes urbanas, intenta contribuir para tornar possível uma maior compreensão da natureza e significado da rede urbana.

Primeiramente convém explicitar o que se entende por rede urbana. É o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, conforme enunciado no início do presente trabalho. Mas acrescenta-se que neste conjunto há um centro mais importante, de nível metropolitano nacional ou regional, que exerce um papel, maior ou menor, de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia. A metrópole e sua esfera de influência parecem constituir-se no nível espacial e funcional mais significativo para o entendimento da organização espacial. Considera-se, por outro lado, que a região subordinada a uma capital regional, um segmento espacial e funcional de dimensão imediatamente inferior à de hinterlândia metropolitana e nela contido, constitui-se no nível inferior onde os estudos de redes urbanas podem, com mais eficácia, contribuir para a compreensão da organização espacial: isto se deve ao fato de ainda haver ou ter havido algum grau de controle econômico e político por parte da elite localizada na capital regional.

O conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, por outro lado, apresenta uma diferenciação entre suas cidades, a qual se traduz em uma hierarquia

urbana de acordo com os princípios gerais da teoria das localidades centrais e, mas não necessariamente, de acordo com uma especialização funcional. Assim, uma capital regional, isto é, uma localidade central, pode ser apenas uma capital regional, enquanto outra pode acumular ainda a função portuária ou se constituir em um centro monoindustrial têxtil. Um centro siderúrgico, por sua vez, sempre desempenha uma função central, ainda que esta possa ser espacialmente reduzida. Em outras palavras, hierarquização e especialização não se excluem: a segunda apenas torna mais complexa a rede urbana.

A rede urbana, por outro lado, pode caracterizar-se por diferentes formas espaciais de suas unidades funcionais: área metropolitana, isto é, uma metrópole e suas cidades-dormitórios e núcleos especializados fisicamente interligados; aglomeração urbana pela geminação de duas ou mais cidades de mesmo porte ou como uma miniatura de uma área metropolitana; cidade-dispersa, constituída por um conjunto de cidades muito próximas umas das outras e dotado de funções especializadas e complementares entre si, caracterizando um desdobramento espacial de funções urbanas; cidades médias, pequenas e minúsculos locais em torno de um ou dois estabelecimentos comerciais e de serviços. A presença de todas estas formas indica a complexidade funcional da rede urbana.

O conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e especializados, e suas diferentes manifestações em termos de formas de suas unidades, constitui-se, como já foi referido, na estrutura territorial onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

A compreensão da singularidade de cada uma das redes urbanas nacionais ou regionais no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente deve ser o objetivo dos estudos de casos. Pois um estudo de caso não é senão o estudo de uma singularidade enquanto especificação da totalidade social, e uma fonte para a compreensão desta mesma totalidade social. Não deve ser assim uma apologia desenvolvimentista que autonomiza a cidade conferindo-lhe o papel de transformadora

da sociedade. Também não deve ser objetivo, agora no final do século, constatar se a cidade cabeça da rede urbana é "parasita" ou "geradora" de sua hinterlândia⁶³, nem constatar seu papel como intermediária em uma cadeia de dependência externa e ponto de partida para o colonialismo interno⁶⁴: porque isto pressupõe a aceitação do reverso da medalha, isto é, a aceitação do papel do planejamento capitalista em criar pólos de desenvolvimento nacional ou regional. Uma alternativa que nos parece válida, mas que não será considerada na presente proposta, é a de estabelecer as conexões entre rede urbana e o movimento operário, tal como Moreira⁶⁵ procura fazer.

A proposta que se segue será primeiramente apresentada em seus termos mais gerais e, em seguida especificada em termos mais operacionais. Mas em ambos os casos trata-se de duas seqüências temáticas que explicitam o modo como é possível apreender-se a realidade e não necessariamente de seqüências relativas à apresentação de um trabalho em sua forma final: trata-se, pois, de planos de apreensão da realidade e não de um plano de exposição que pode ter várias formas e, preferencialmente, deve iniciar-se pelo presente.

Primeiramente é necessário que se apreenda a gênese da rede urbana, considerando para isto:

- as condições externas e internas da criação, apropriação e circulação do excedente e o aparecimento das primeiras cidades da região em estudo;
- o papel dos diferentes agentes que participaram do processo de criação urbana;
- o processo de articulação intra e inter-regional;
- a forma inicial da rede urbana e sua funcionalidade.

Em segundo lugar é importante que a dinâmica social e sua tradução, na rede urbana, sejam apreendidas. Consideram-se, então:

- as condições externas e internas das mudanças na criação, apropriação e circulação do excedente;

- o papel dos antigos e novos agentes na dinâmica da rede urbana e os possíveis conflitos entre eles;

- a dinâmica do processo de articulação intra e inter-regional;

- a mudança e permanência das formas espaciais da rede urbana e as novas funcionalidades.

É necessário, finalmente, que se considere a rede urbana atual, ou seja, o processo de mudança em marcha. Neste sentido devem ser considerados:

- o processo atual de criação, apropriação e circulação do excedente e seu significado;

- o papel dos diversos agentes sociais atuando no sentido de fazer valer seus interesses e, deste modo, interferir na rede urbana;

- a forma espacial da rede urbana, os tipos de centros e a funcionalidade presente da rede.

A proposição geral que se apresentou pode agora ser especificada em termos mais operacionais. Indicam-se, então, um conjunto de relações cidade-campo bem como um temário para investigação, os quais já foram, em sua maior parte, indicados anteriormente⁶⁶: ambos devem ser considerados em termos de gênese, evolução e do presente. Por outro lado, o maior ou menor aprofundamento de cada tema deve resultar dos questionamentos em relação à realidade de cada uma das áreas a serem estudadas:

a) a atração da população rural pela cidade

Trata-se de considerar a migração como parte do primeiro e segundo ciclos de exploração do campo pela cidade, os quais se relacionam à modernização do mundo rural, ao mesmo tempo em que criam as cidades ou nelas implantam uma força de trabalho tanto para as atividades urbanas como rurais. O temário para investigação é o seguinte⁶⁷:

- lugar de origem dos migrantes;
- época e causas do movimento migratório;

⁶³B.F. Hoselitz, v. Bibliografia. — ⁶⁴M.E. Conroy, v. Bibliografia. — ⁶⁵R. Moreira, v. Bibliografia. — ⁶⁶P. George e R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁶⁷R.L. Corrêa, v. Bibliografia.

- as formas e etapas da migração;
- as conseqüências de atração urbana nas zonas de emigração;
- as atividades dos migrantes na cidade e o seu significado.

b) a drenagem urbana da renda fundiária

A transferência da renda fundiária pelos proprietários rurais para a cidade insere-se no primeiro ciclo de exploração do campo pela cidade. Sugere-se que sejam considerados os seguintes temas⁶⁸:

- a importância da propriedade fundiária citadina, envolvendo o número, área ocupada e localização;
- a estrutura interna da propriedade citadina, isto é, os tipos sociais de proprietários, os tipos de propriedades e o uso da terra;
- o papel dos proprietários rurais citadinos na organização econômica e política regional e as conseqüências advindas.

c) a comercialização da produção rural

Parte integrante do primeiro ciclo de exploração urbana, na comercialização da produção rural deve-se conhecer⁶⁹:

- os mecanismos de comercialização e seu significado;
- a estrutura das empresas de comercialização;
- os tipos de centros de comercialização.

d) os investimentos e a criação de trabalho pela cidade

Este relacionamento insere-se no segundo ciclo da exploração urbana envolvendo tanto o campo como as pequenas cidades. Considera-se importante que sejam analisados os seguintes temas⁷⁰:

- os investimentos realizados pelas cidades, incluindo a natureza, distribuição espacial e os tipos de investidores;
- as conseqüências desses investimentos na organização do espaço regional, incluindo a rede urbana.

e) as relações interindustriais

Sugere-se que em face destes relacionamentos, que em algumas regiões podem assumir enorme importância, considere-se o seguinte:

- a gênese do empresariado e da atividade industrial;
- as relações espaciais intra e inter-regionais;
- os tipos de centros industriais.

f) a distribuição de bens e serviços

Parte integrante do segundo ciclo de exploração, a distribuição varejista e atacadista de produtos industriais e a apresentação de serviços podem ser analisadas através de⁷¹:

- os tipos de transações comerciais e seu significado;
- os tipos de serviços e suas relações com as atividades produtivas e o consumo;
- a estrutura das empresas comerciais e de serviços;
- os tipos de centros de distribuição: hierarquia, especialização e área de influência.

Finalmente a proposição inclui um conjunto de áreas para estudo. São indicadas com base nas características internas de cada uma em termos de época e processo distintos de valorização econômica. Admite-se que expressam, através de suas redes urbanas, diferentes padrões de participação no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente. Cada uma dessas áreas tem uma metrópole regional que, de certo modo, exerce um papel de controle da vida econômica e política regional. Alternativamente a proposta inclui ainda a indicação de áreas de influência de algumas capitais regionais, as quais constituem alternativas de menor amplitude em termos da compreensão da espacialidade do processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

O estudo realizado por Singer⁷² refere-se às relações entre desenvolvimento econômico e evolução urbana das metrópoles de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, e de uma capital regional, Blumenau. Aborda vários temas da presente proposta, ainda que não possam ser considerados como estudos de redes urbanas. Apenas por medida econômica as regiões de influência dos mencionados centros urbanos não serão indicadas nesta proposição.

Em termos de regiões de influência metropolitana sugere-se que sejam estudadas as seguintes:

a) a região de Belém

Trata-se de uma região que tem passado por enormes transformações recentes envolvendo uma revalorização econômica e

⁶⁸R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁶⁹R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁷⁰R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁷¹R.L. Corrêa, v. Bibliografia. — ⁷²P. Singer, v. Bibliografia.

um afluxo migratório considerável, que tem afetado a rede urbana regional, seja em termos de perda de território em razão da ascensão de Manaus ao papel de metrópole regional da Amazônia Ocidental, seja em termos da criação de novas funções e centros urbanos, os quais se verificam no bojo de uma redefinição da divisão territorial do trabalho.

b) a região de Curitiba

Ao contrário de Belém, a cidade de Curitiba desempenha muito recentemente um papel de centro metropolitano. Este papel está associado à valorização do território paranaense, até recentemente caracterizado por uma modesta e embrionária rede urbana. A ascensão de Curitiba à função metropolitana significa o aparecimento de um novo e importante centro com ativo papel no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente, o qual se verifica especialmente em detrimento de centros metropolitanos mais antigos como Porto Alegre.

c) a região de Goiânia

Goiânia, criada em 1937, é uma metrópole também recente, resultado do processo de transformação do Centro-Oeste, processo que ainda se verifica durante a década de 1980, envolvendo a criação e redefinição de centros urbanos e suas funções, bem como a ampliação territorial de sua hinterlândia.

d) a região de Fortaleza

Cidade nordestina também de ascensão

recente à categoria metropolitana, estende a sua influência por todo o território cearense e a maior parte dos territórios piauiense e maranhense. Sua hinterlândia constitui-se em tradicional produtora de matérias-primas para mercados externos, apresentando, geralmente um menor dinamismo que o das hinterlândias das três metrópoles anteriormente indicadas. Sua rede urbana é relativamente antiga e, de certo modo, marcada pela poderosa concentração econômica da metrópole, o principal porto regional.

Além das quatro regiões de influência metropolitana, indicam-se algumas capitais regionais e suas redes urbanas que, pelas especificidades da participação na criação, apropriação e circulação do valor excedente, são relevantes para a compreensão da natureza e significado da rede urbana brasileira em suas diferentes singularidades regionais. Muito mais do que nas indicações das regiões de influência metropolitana, as que se seguem estão longe de esgotar as possibilidades de seleção:

- Caxias do Sul (colonização estrangeira e indústria);
- Bagé (atividade pastoril);
- Campinas (atividade industrial e agricultura moderna);
- Ilhéus — Itabuna (agricultura de exportação);
- Mossoró (atividade pastoril, policultura e extrativismo mineral);
- Porto Velho ("fronteira agrícola").

BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, Q. *Indian cities: characteristics and correlates*. Research Paper 102 (Department of Geography, The University of Chicago), Chicago, 1965, 184p.
- ALEXANDER, J.W. El concepto básico-no básico de las funciones económicas urbanas. *Texto Básico* (Instituto Pan-Americano de Geografía e História). Rio de Janeiro, 2: 1-22, 1969.
- ALTHUSSER, L. Os defeitos da economia clássica. Esboço do conceito de tempo histórico. In: —: BALIBAR, E.; ESTABLET, R. Orgs., *Ler o Capital*, V.III, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980, pp. 29-60.
- BELLIDO, J.G.; TAMARITI, L.G. *Para comprender la ciudad; claves sobre los procesos de producción del espacio*. Madrid, Editorial Cultura, 1979, 190p.
- BERRY, B.J.L. Tamanho das cidades e desenvolvimento econômico: síntese conceitual e problemas de política, com especial referência ao sul e sudeste da Ásia. In: FAISSOL, Speridião, Coord. *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro, IBGE, 1975, pp. 49-95.
- CAPEL, H. De las funciones urbanas a las dimensiones básicas de los sistemas urbanos. *Revista Geográfica*, Barcelona, 6 (2): 218-48, 1972.
- CARLOS, A.F.A. *A cidade e a organização do espaço*. Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1: 105-11, 1982.
- CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1966, 230p.

- CIDADE e região no Sudoeste paranaense. *Revista Brasileira de Geografia, Setor de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro, 32 (2): 3-156, 1970.
- CONROY, M.E. Toward a policy-oriented theory of the economy of cities in Latin America. In: PORTES, A.; BROWNING, H.L. Orgs; *Current perspectives in Latin American Research*. Austin, Institute of Latin American Studies, 1976, pp. 71-98.
- CORRÊA, R.L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 29 (4): 93-116, 1967.
- _____. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 31 (1): 43-56, 1969.
- _____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, MILTON, coord., *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982, pp. 50-65.
- _____. A periodização da rede urbana da Amazônia. Inédito.
- DICKINSON, R.E. The scope and status of urban geography: an assessment. In: MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. Orgs., *Readings in urban geography*. Chicago, The University of Chicago Press, 1959, pp. 10-26.
- DIVISÃO do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, IBGE/DEGEO, 1972, 112p.
- DUGRAND, R. *Villes et Campagnes en Bas-Languedoc*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963, 638 p.
- FAISSOL, E. As grandes cidades brasileiras — dimensões básicas da diferenciação e relações com o desenvolvimento econômico: um estudo de análise fatorial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 32 (4): 87-130, 1970.
- _____. A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 34 (3): 19-123, 1972.
- FERRARI, O.F. *A organização espacial do agreste e do sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.
- FREDRICH, O.M.B.L.; DAVIDOVICH, F. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 44 (4): 541-90, 1982.
- GEIGER, P.P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962, 462p.
- GEORGE, P. *Précis de géographie urbaine*. Paris Presses Universitaires de France, 1964, 287p.
- GORDON CHILDE, V. The urban revolution. In: WALTON, J.; CARNS, D.E. Orgs., *Cities in changer: studies on the urban condition*. Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1974, pp. 13-22.
- HARRIS, C.D. Classification of cities in the United States. In: MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. Orgs., *Readings in urban geography*. Chicago, The University of Chicago Press, 1959, p. 129-38.
- _____. *Cities in the Soviet Union: studies in their functions, size, density and growth*. The Monographs Series of the Association of American Geographers, 5, Washington, 1970, 484p.
- HARVEY, D. *Social Justice and the City*. London, Edward Arnold, 1973, 336p.
- HOBSBAWN, E. *A era do capital: 1848-1870*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 373p.
- HOSELITZ, B.F. *Sociological aspects of economic growth*. New York, The Free Press, 1960, 240p.
- JEFFERSON, M. The law of primate city. *The Geographical Review*, New York, 29 (2): 226-32, 1939.
- JOHNSON, E.A.J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1970, 452p.
- JUILLARD, E. L'urbanisation des campagnes en Europe occidentale. *Études Rurales*, Paris, 1: 18-33, 1961.
- KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. México, Siglo Veinteuno, Editores S.A., 1974, 540p.
- KAYSER, B. *Campagnes et Villes de la Côte D'Azur*. Monaco Editions du Rocher, 1960, 593p.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1969, 230p.
- LABASSE, J. *Les capitaux et la région*. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1958, 532p.
- LAMPARD, E. *The history of cities in the economically advanced areas*. Economic Development and Cultural Change, Chicago, 3(2): 81-136, 1965.
- LASSERRE, G. *Libreville, la ville et sa région*. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1958, 345p.
- LENIN, V.I. *El desarrollo del capitalismo em Rusia*. Barcelona, Editorial Ariel, 1974, 581p.

- LIMA, O.M.B.; CORRÊA, R.L. Sistema urbano. In: REGIÃO Sudeste, *Geografia do Brasil*, v. 3, Rio de Janeiro, IBGE, 1977, pp. 569-661.
- LINSKY, A. Some generalizations concerning primate cities. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 55 (3): 506-13, 1965.
- MAGNANINI, R.L.C. As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (1): 85-121, 1971.
- MARX, K.; ENGELS, F. *L'ideologie allemande* (tome premier). Paris, Éditions Sociales, 1977, 143p.
- MELLO, M.C.I. *O bóia-fria — acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1975, 154p.
- MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: —, Org., *Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1982, pp. 33-63.
- _____. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985, 215p.
- NELSON, M.J. A Service classification of cities in the United States. In: MAYER, Harold M.; KOHN, Clyde F. Orgs. *Readings in Urban Geography*, Chicago, The University of Chicago Press, 1959, pp. 139-60.
- REGIÕES de influência urbana. Rio de Janeiro, DIERE, Inédito.
- ROSE, A.J. Dissert from down under: metropolitan primacy as the normal state: *Pacific Viewpoint*, Wellington, 7 (1): 1-27, 1966.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo, HUCITEC, 1978, 236p.
- _____. *O espaço dividido — os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979, 345p.
- _____. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 32: 51-77, 1982.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo, Livraria Nobel, S.A., 1985, 88p.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, 377p.
- SKINNER, W.G. Marketing and social structure in rural China. Part I. *Journal of Asian Studies*, Princeton, 24 (1): 3-43, 1964.
- SMITH, R.H.T. Method and purpose in functional town classification. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 55 (3): 539-48, 1965.
- STINE, J.H. Temporal aspects of tertiary production elements in Korea. In: PITTS, F.R. Org., *Urban systems and economic development*, Eugene, University of Oregon, 1962, pp. 68-88.
- ULLMAN, E.; DACEY, M.F. El método de las necesidades mínimas em el estudio de la base económica urbana. *Texto Básico* (Instituto Pan-Americano de Geografia e História), Rio de Janeiro, 2: 23-44, 1969.
- WOLPERT, J. Departures from the usual environment in locational analysis. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 60 (2): 220-29, 1970.
- ZIPF, G.K. *Human behavior and the principle of least effort an introduction to human ecology*. Cambridge, Addison — Wesley Press, Inc., 1949, 573p.